

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, setembro de 2017, número 117. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

O trabalho escravo e a exploração da terra e dos trabalhadores rurais nas “novas” fronteiras do capital na agricultura moderna brasileira.

ARTIGO DO MÊS

Articulação entre superexploração do trabalho e a degradação ambiental na América Latina: as bases de sustentação do agronegócio

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA

“Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina”

Curitiba – Parana, 01 a 05 de novembro de 2017.

**X Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales
Argentinos y Latinoamericanos**

UBA/Buenos Aires – Argentina, 7 al 10 de noviembre de 2017.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório DATALUTA Brasil 2015.

Autor: Rede DATALUTA.

A articulação de grupos de pesquisa está contribuindo para a espacialização do DATALUTA, criando condições de estabelecer uma rede nacional, obtendo dados mais apurados, auxiliando para a qualificação do conhecimento e do desenvolvimento dos temas vinculados à questão agrária. Para baixar: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2015.pdf



MATOPIBA

Realização: Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Araguaia Tocantins.

O documentário tem como objetivo informar, a partir do olhar de quem vive no Cerrado, o que é esse projeto intitulado MATOPIBA (MAnanhão, TOcantins, Plauí, BAhia). Quais as causas e efeitos desse projeto na vida de todxs? Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=A0kBXi3t0Gk>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério, Lúcia I. da Silva, Rodrigo S. Camacho e Rodolfo de S. Lima (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

O TRABALHO ESCRAVO E A EXPLORAÇÃO DA TERRA E DOS TRABALHADORES RURAIS NAS “NOVAS” FRONTEIRAS DO CAPITAL NA AGRICULTURA MODERNA BRASILEIRA

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima

Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Mestre em Geografia e em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT e integrante da Rede de Pesquisa DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e Projeto DATALUTA Mato Grosso.

diogomdelben@gmail.com

Giseli Dalla-Nora

Professora no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT. Integrante da Rede de Pesquisa DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e Projeto DATALUTA Mato Grosso.

giseli.nora@gmail.com

INTRODUÇÃO

Cada sistema ou modo de produção, com suas categorias e leis gerais, rege todas as relações sociais e conduz a transformação da sociedade e do espaço. Uma vez que o modo de produção determina como se dá a organização da sociedade, a interação entre as pessoas, as classes sociais e o Estado, e o aproveitamento dos recursos disponíveis, cumpre discutir as relações sociais de produção, sobretudo o trabalho, o mais expressivo e significativo vínculo que o ser humano estabelece com seus semelhantes e com a terra.

O presente estudo trata das questões políticas e sociais no campo e das contradições nas relações de produção e de trabalho no espaço agrário[1], com ênfase no problema da exploração da terra e de trabalhadores rurais.

Em verdade, o trabalho escravo decorre da força que o capital e a propriedade privada possuem para a exploração da terra e das pessoas, para deflagrar fronteiras econômicas e modos abusivos de apropriação de excedentes que são as causas da degradação socioambiental e da conflitualidade no campo. A recorrência do trabalho escravo e a forçada vivência dos trabalhadores em contextos dramáticos de violências e de desamparo pelo poder público forçam a discussão plural e democrática sobre as relações de trabalho no campo e a situação dos trabalhadores rurais, o que deve possibilitar a sensibilização da sociedade e a atuação das instituições públicas e privadas em prol dos direitos humanos e sociais.

MÉTODOS, TÉCNICAS E REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA AGRÁRIA CRÍTICA

O presente artigo consiste em uma pesquisa geográfica crítica e social, aqui compreendida como estudo acadêmico-científico inserido na área da geografia agrária crítica que trata dos problemas do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, da formação do campesinato e da realidade social das populações rurais. O referencial teórico aborda a questão política no campo (MARTINS, 1992), a produção capitalista da fronteira e das relações de trabalho (MARTINS, 2013; MARTINS, 2014), a escravidão e o trabalho escravo (GORENDER, 1985; GORENDER, 1991; HENRY, et al, 2009).

A pesquisa insere-se no âmbito do projeto “Banco de Dados da Luta pela Terra”, mais conhecido como “Dataluta – Brasil”, coordenado pelo Professor Doutor Carlos Alberto Feliciano, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária - NERA - da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Esse estudo foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT, que trabalha com demais grupos e instituições de pesquisa na Rede DATALUTA Brasil, sendo responsável pelo projeto “Dataluta– Mato Grosso”, e contempla o levantamento e a análise de dados e informações do Relatório do Observatório Digital do Trabalho Escravo, plataforma do Ministério Público do Trabalho para o acompanhamento da política trabalhista e dos casos de trabalho escravo no país.

De acordo com José de Souza Martins (1992), a complexa realidade do campo brasileiro é resultado do processo de expropriação da terra, reflexo da concentração fundiária e produtiva (capitalista) no campo, responsável por obstaculizar o acesso de trabalhadores rurais aos meios de produção indispensáveis à reprodução social das famílias rurais. É o poder do “capital agrário” que favorece a exploração do trabalho e do trabalhador, isto é, preside a captura dos recursos socioeconômicos da classe trabalhadora rural, não só a tomada dos meios de trabalho e de subsistência, mas também a apropriação privada da produção individual e social (coletiva).

A exploração do trabalhador, enquanto expediente para potencializar a rentabilidade e a lucratividade do capital prestou, conforme Martins (1992), a um só tempo, a desfigurar o trabalho coletivo e a impor a todos os trabalhadores a mesma condição laboral e social – proletária e subalterna. O fato é que as violências contra os trabalhadores são diversas e têm se manifestado com requintes de detalhes de formas legais e/ou extralegis de submissão do trabalhador nas áreas (urbanas ou) rurais tradicionais e nas modernas. A exploração do trabalhador é dotada de historicidade, ou seja, é um processo histórico (dos modos de produção), mas também tem um componente geográfico: a dinâmica do capital e dos conflitos no espaço.

Citando Martins (2013), a história do modo capitalista de produção e das relações de trabalho é marcada pelas contradições provenientes da mudança do regime de trabalho escravo para o trabalho livre e da precária inserção social da massa de trabalhadores rurais negros, mulatos, caboclos, colonos e pobres. Sob o manto da pseudoliberalidade e do assalariamento (e/ou da remuneração) do trabalhador, o trabalho livre escamoteia o seu fundamento: a sujeição do trabalhador rural ao capital personificado no proprietário da terra (*ibidem*). No universo capitalista agrário, há de se constatar que as relações entre os proprietários de terras e os trabalhadores rurais propagam o modo de produção capitalista e as relações sociais no campo, ou melhor, a reprodução do capital.

Recursos importantes para compreensão da territorialização do capital no espaço agrário são os conceitos: *frente de expansão* e *frente pioneira*. Ainda conforme Martins (2014), a frente de expansão representa a combinação de fatores demográficos, econômicos e sociais em característicos contextos do modo de produção capitalista, enquanto a frente pioneira pressupõe a modernização técnica e social de territórios tradicionalmente ocupados e explorados e as mudanças nas formas de vida e de produção. Ambas as teorias traduzem o projeto geopolítico do capital e o seu movimento socioespacial; no entanto, cada uma delas, a seu modo, expressa singular “contexto civilizatório”.

Para Jacob Gorender (1985), o modo de produção dominante é o grande responsável por definir as estruturas socioeconômicas e territoriais e a reprodução ampliada do capital. Aliás, o autor revela que o processo pelo qual foi implantado no Brasil o modo de produção escravista colonial foi por meio do rígido controle do Estado e de suas leis referentes aos regimes escravocratas e territoriais, e da economia mercantil. Gorender (1985; 1991) apresenta a gênese da exploração da terra e do trabalhador pelo modo de produção e as adaptações do sistema para manter a primazia do capital sobre as coisas (o direito à propriedade privada) e as pessoas (as relações de trabalho).

O TRABALHO ESCRAVO NO CAMPO BRASILEIRO: EXPLORAÇÃO DA TERRA E DAS PESSOAS NAS “NOVAS” FRONTEIRAS DO CAPITAL E DA AGRICULTURA MODERNA

A discussão sobre o trabalho no campo brasileiro (e no mundo) não pode evitar o enfrentamento da sua face mais perversa: a escravidão moderna. Não cabe, por ora, rememorar todas as formas precárias e degradantes de relações de trabalho, resumidas no termo *escravidão*, mas, sim, reconhecer a ocorrência desse gravíssimo problema social. Não se deve pensar que essas relações de trabalho são simples formas pré-capitalistas (não modernizadas, não humanizadas) do trabalho ou meras contradições do capitalismo vigente. Nesse sentido, mais importante do que delimitar os contornos jurídicos e sociais do trabalho escravo é compreender a sua manifestação na sociedade. A tabela a seguir mostra os dados referentes ao trabalho escravo no período de 2003 a 2017, o número de resgates de trabalhadores e outras informações (naturalidade e residência) das pessoas retiradas da situação de exploração.

Estado	Resgate	Naturalidade	Residência
Pará	9853	2989	5242
Mato Grosso	4302	845	1749
Goiás	3716	1557	1709
Minas Gerais	3333	2911	2703
Bahia	3154	3396	3050
Tocantins	2896	1908	2242
Mato Grosso do Sul	2664	1883	2082
Maranhão	2639	8015	6442

Rio de Janeiro	1653	559	647
São Paulo	1529	1030	923
Paraná	1157	1279	998
Piauí	897	2094	1625
Santa Catarina	860	417	388
Rondônia	838	239	311
Pernambuco	776	1605	1404
Alagoas	750	1257	1139
Espírito Santo	713	120	64
Ceará	546	1114	728
Amazonas	451	287	272
Rio Grande do Sul	321	358	329
Acre	213	229	212
Roraima	53	34	41
Paraíba	52	478	362
Rio Grande do Norte	36	193	163
Amapá	26	4	22
Sergipe	Não informado	250	233
Distrito Federal	Não informado	33	18

Tabela 01. Quadro geral sobre o trabalho escravo no Brasil com dados de 2003 a 2017 por unidade da federação e sobre locais de resgate, naturalidade e residência de trabalhadores.

Fonte: Autores e Observatório Digital do Trabalho Escravo (2017).

A Amazônia Legal concentra maior número de ocorrência de trabalho escravo no país (Mato Grosso, Pará e Maranhão), entretanto, os estados do Centro-Sul (Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná) estão nessa lista, isso comprova que o fenômeno não é exclusividade dos estados que estão em fase de incorporação de novas terras e/ou de modernização do setor primário, ou melhor, o fenômeno em tela atinge as regiões agrícolas “recentes” e as modernas ou consolidadas. Em acordo com Henry (et al, 2009), existem pontos e fluxos de trabalho escravo em praticamente todas as regiões brasileiras, mas há um retrato da escravidão no campo: nas fronteiras da Amazônia (e do capital), o trabalhador se sujeita ao proprietário de terras. A tabela mostra os municípios com números preocupantes de trabalho escravo e também estão incluídas informações a respeito da naturalidade e do local de residência dos trabalhadores resgatados.

Estado	Resgate	Naturalidade - Trabalhadores naturais do local de resgate	Residência - Trabalhadores que residiam no município
Confresa/MT	1348	5	69
Ulianópolis/PA	1288	27	154
Brasilândia/MS	1011	Não informado	2
Campos dos Goytacazes/RJ	982	321	392
São Desidério/BA	967	17	39
São Félix do Xingu/PA	813	46	164
Marabá/PA	643	132	189
Iguatemi/MS	624	28	99
Pacajá/PA	617	58	195
São Paulo/SP	525	427	382
Goianésia do Pará/PA	490	165	299
Ananás/TO	458	114	272

Açailândia/MA	455	151	324
Cumaru do Norte/PA	454	2	6
Paragominas/PA	449	100	318
Barreiras/BA	445	139	239
Quirinópolis/GO	421	15	14
Rondon do Pará/PA	419	80	280
Rio Largo/AL	401	5	5
Iturama/MG	374	34	11
Naviraí/MS	368	81	283
Itupiranga/PA	354	142	347
Dom Eliseu/PA	351	33	190
Santana do Araguaia/PA	348	97	268
Poconé/MT	346	24	81
Santa Luzia/MA	333	258	190
Luís Eduardo Magalhães/BA	313	8	116
Palmares/PE	300	76	75
Jaborandi/BA	293	1	Não informado
Bom Jardim/MA	291	87	65

Tabela 02. Quadro geral sobre o trabalho escravo no Brasil com dados de 2003 a 2017 por municípios e sobre locais de resgate, naturalidade e residência de trabalhadores.

Fonte: Observatório Digital do Trabalho Escravo (2017).

Ressalta-se a ocorrência do trabalho escravo em importantes regiões e áreas agrícolas do país, sendo elas: o “Araguaia”, nos estados de Mato Grosso (Norte Araguaia, município de Confresa) e do Pará (microrregião e município de São Felix do Xingu); os pólos de Três Lagoas (município de Brasilândia) e de Naviraí (município de Iguatemi), no estado de Mato Grosso do Sul; a zona Leste (microrregiões de Paragominas e de Marabá) e a microrregião de Altamira no Pará, a região do Oeste baiano (microrregiões de Barreiras e de Santa Maria da Vitória), as regiões metropolitanas de São Paulo (capital) e Rio de Janeiro (microrregião de Campo dos Goytacazes). As principais fronteiras econômicas e os seus impactos no território, sobretudo na Amazônia, foram discutidas no âmbito das pesquisas do GECA-UFMT. Nessas oportunidades ficou consignado os reais problemas e as contradições dos modelos do agronegócio e do campesinato na Amazônia (GECA, 2016; LIMA, ROSSETO, 2017; ROSSETTO, DALLA-NORA, PAULLI, 2015).

Com amparo nos estudos de Martins (1975, 2014), é possível inferir que frentes pioneiras têm se constituído na Amazônia e no Cerrado brasileiro, levando à modernização do território e à produção de excedentes econômicos, transformando as relações sociais de produção e de trabalho no campo, se bem que as frentes pioneiras também têm causado instabilidades socioespaciais e antagonismos entre as classes. Em tempo, as frentes de expansão são identificadas a partir da constituição de manchas demográficas que se formam com a precariedade dos espaços agrícolas e urbanos estagnados e no entorno das regiões agrícolas prósperas e de oportunidades para subsistência e reprodução social do trabalhador rural. O Relatório DATALUTA Brasil – 2015 (DATALUTA, 2016) evidencia as dinâmicas agrárias em tela, sobretudo a estrutura agrária, a persistência da concentração fundiária e produtiva e a geografia das ocupações e dos conflitos no campo, que não deixam dúvida sobre o desenvolvimento capitalista desigual no espaço agrário.

Analisando os dados do Relatório do Observatório Digital do Trabalho Escravo, e numa análise perfunctória, poderia ser dito que o trabalho escravo acontece nas imediações dos locais de naturalidade e de residência dos trabalhadores. A espacialização dos dados de resgates e dos locais de naturalidade e de residência dos trabalhadores sugere um mapa do trabalho escravo no Brasil, como o exposto pelo Ministério Público do Trabalho. Neste mapa, chama atenção o fato de que nos principais locais de resgates - leia-se nos municípios menores com maior ocorrência de inspeções, fiscalizações e resgates - tenha ocorrido, em grande parte, a exploração de trabalhadores que não eram naturais nem residiam nos municípios de seus cativeiros (vide tabela 02, já exposta). A vista disso, reitera-se que o trabalhador rural está sujeito ao capital e ao proprietário de terras e encontra-se vulnerável à exploração, sendo reduzida a sua força de trabalho à mera condição de mercadoria negociável em qualquer porção do território.

A respeito do trabalho escravo e da condição do trabalhador escravizado no Brasil, Gorender (1985; 1991) propõe uma discussão crítico-reflexiva e comparativa sobre a situação de trabalhadores escravos e trabalhadores assalariados e entende que ambos - resguardadas as suas diferenças históricas e sociológicas no que se refere aos atributos de suas economias, à posse ou não dos meios de subsistência e às formas de coação extraeconômica a que estão submetidos - assimilam a exigência do trabalho forçado no sistema e no modo de produção vigente, uma vez que as próprias relações sociais e as condições de produção reforçam a sua dependência do capital.

Outrossim, Gorender (1985; 1991) impõe a sociedade brasileira um constrangimento – confrontar-se com a nova face da escravidão brasileira, cujos elementos característicos são desconcertantes, todos, de alguma forma, tangenciados pela presente discussão. São eles: i - certa frequência do número de famílias e trabalhadores escravizados estáveis; ii – a situação dos trabalhadores é regida por instrumentos legais e facilitada por políticas do Poder Público, em diversas esferas (judiciário, legislativo, executivo); iii – a sujeição do trabalhador escravizado é naturalizada e tem o consenso das partes envolvidas, mas na relação entre capitalista e trabalhador são preservados o poder do capital e as diferenças entre as classes, bem como as contradições sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho assalariado no campo anuncia o desenvolvimento do capital na agricultura e a consequente reconfiguração das fronteiras demográficas na economia de mercado. Na tensão entre as realidades sociais manifestas na frente pioneira e na frente de expansão, formam-se as mediações entre capitalistas e trabalhadores. A primazia do capital e a sujeição do trabalhador ao proprietário de terras privilegia a reprodução (ampliada) do primeiro (o capital) em prejuízo da reprodução social e da subsistência da pessoa humana. À guisa de contraste, a escravidão moderna representa o agravamento das relações entre as classes sociais no campo, notadamente a deterioração do vínculo social estabelecido entre capitalistas/proprietários de terras e trabalhadores rurais; estão os trabalhadores rurais submetidos a todas as formas de violências e entregues à própria sorte das resistências.

REFERÊNCIAS

GECA – Núcleo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – UFMT. **Relatório DATALUTA Mato Grosso - 2015**. GECA/UFMT. Coordenação: ROSSETTO, O. C. GIRARDI, E. P. Cuiabá, Mato Grosso, 2016.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo. Editora Ática, 1985.

____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

HENRY, Henry; MELLO, Neli Aparecida de; HATO, Julio; GIRARDI, Eduardo Paulo. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de. ROSSETTO, Onélia Carmem. **Os conflitos agrários na Amazônia Mato-Grossense: o caso da chacina de Taquaraçu do Norte, município de Colniza, Mato Grosso, Brasil**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: maio de 2017.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

____. **Expropriação e violência**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

____. **O cativo da terra**. 9 ed. 1ª reimpr. São Paulo. Contexto, 2013.

____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2 ed. 2 reimpr. São Paulo. Contexto, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Observatório Digital do Trabalho Escravo**. Disponível em: <http://observatorioescravo.mpt.mp.br/>. Acessado em julho e agosto de 2017.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: GIRARDI, E. P.; DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2015**. Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2016.

ROSSETTO, Onélia Carmem; DALLA-NORA, Giseli. PAULLI, Lucas. **Faces da questão agrária em Mato Grosso: agronegócio e trabalho escravo contemporâneo**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA.. Presidente Prudente, maio de 2015, número 89.

[1] Para maiores conhecimentos sobre a problemática agrária e para estudos aprofundados ,consultar: FERNANDES, Bernardo Mançano (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo. Clacso, 2008.